

§ 2.º Para efeitos de antiguidade, o tempo de exercício na classe será apurado em dias.

§ 3.º Da classificação caberá recurso ao Secretário de Estado da Fazenda, formulado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação no Diário Oficial do Estado da lista dos concorrentes com a respectiva classificação.

Art. 54. O Auditor do Estado em exercício de cargo, função ou atividade em órgão não subordinado à Secretaria da Fazenda, ou de mandato eletivo, somente concorrerá à promoção por antiguidade.

Art. 55. Somente concorrerá à promoção o Auditor do Estado que tenha interstício de dois anos de efetivo exercício na classe.

§ 1.º Será dispensado o interstício previsto neste artigo quando:
I - nenhum concorrente o tenha completado; ou
II - os que o tenham completado estejam impedidos de concorrer à promoção ou a recusarem.

§ 2.º Para os efeitos do parágrafo anterior, serão consultados imediatamente os candidatos à promoção, juntando relação atualizada das unidades operacionais em que se verificarem vagas a prover.

Art. 56. O merecimento, para efeito de promoção, será apurado na classe e aferido objetivamente, na forma estabelecida em regulamento.

Parágrafo único. Em igualdade de condições de merecimento, o desempate será feito segundo os critérios estabelecidos para promoção por antiguidade.

Art. 57. Poderá concorrer à promoção por merecimento exclusivamente o Auditor do Estado colocado nos dois primeiros terços da classe, por ordem de antiguidade.

Parágrafo único. Não prevalecerá a regra estabelecida no “caput”, devendo ser seguida a ordem de colocação no terço restante, quando, esgotadas as consultas nos dois primeiros terços da classe, ainda restarem vagas à promoção.

Art. 58. Após deliberação do Secretário de Estado da Fazenda, o Contador e Auditor-Geral do Estado, determinará a elaboração da lista dos candidatos à promoção, organizada segundo os critérios estabelecidos neste Capítulo.

Art. 59. Será tornado sem efeito, em benefício daquele a quem cabia o direito à promoção, o ato que promover o Auditor do Estado indevidamente.

§ 1.º Não se obrigará a restituir o que a mais tiver recebido o promovido indevidamente.

§ 2.º Terá direito à diferença de vencimentos e demais vantagens o Auditor do Estado a quem cabia a promoção.

CAPÍTULO XII
DA REMOÇÃO

Art. 60. A remoção do Auditor do Estado dar-se-á por promoção, de ofício no interesse do serviço ou a pedido.

Art. 61. A remoção, voluntária ou compulsória, decorre de ato do Contador e Auditor–Geral do Estado, observadas as disposições transitórias.

§ 1.º A remoção voluntária, de uma para outra unidade operacional, dependerá de pedido do interessado, atendida, em caso de dois ou mais pretendentes, a preferência estabelecida pelo critério de antiguidade na carreira, com precedência na classe superior.

§ 2.º A remoção voluntária por permuta, possível entre Auditor do Estado da mesma classe, dependerá de pedido de ambos os interessados.

§ 3.º A remoção decorrente de promoção importará na lotação do promovido em unidade operacional de sua escolha, procedida em função da ordem de colocação para a promoção.

§ 4.º A permanência do promovido na sede da unidade de origem será possível somente em caso de disponibilidade de vaga.

§ 5.º A remoção compulsória, promovida de ofício no interesse do serviço, de uma para outra unidade operacional, dar-se-á mediante proposição motivada do Contador e Auditor-Geral do Estado.

Art. 62. Os pedidos de remoção serão formulados até 15 (quinze) dias após a comunicação do ato declaratório de vagas existentes em cada unidade operacional.

§ 1.º Independentemente de outras comunicações a respeito, a de que trata este artigo será feita por meio de ato do Secretário de Estado da Fazenda, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias das promoções.

§ 2.º Os pedidos de remoção não deverão alcançar as unidades operacionais declaradas indisponíveis por ato do Secretário de Estado da Fazenda, ouvido o Contador e Auditor-Geral do Estado, em virtude de expressos motivos de interesse do serviço.

Art. 63. Nos casos de remoção, a qualquer título, o Auditor do Estado terá direito a trânsito de no máximo 15 (quinze) dias contados da data do destligamento da unidade operacional de origem.

Parágrafo único. O mesmo direito caberá ao Auditor do Estado designado para o exercício de função gratificada, ou dispensado desta, quando o ato implique o exercício em unidade operacional de sede diversa.

CAPÍTULO XIII
DA REINTEGRAÇÃO

Art. 64. A reintegração, resultante de decisão judicial transitada em julgado, é o retorno do Auditor do Estado demitido do cargo, com ressarcimento dos prejuízos, limitados à totalidade dos vencimentos deixados de perceber em razão do afastamento.

Parágrafo único. O período de afastamento será computado como tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para efeitos de promoção por merecimento.

Art. 65. A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado.

§ 1.º Se o cargo houver sido transformado, a reintegração dar-se-á no cargo resultante da transformação.

§ 2.º Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o reintegrando ficará em disponibilidade remunerada, aguardando aproveitamento.

Art. 66. O reintegrando será submetido à inspeção médica e, se verificada sua incapacidade para o exercício do cargo, será aposentado com todos os direitos e vantagens que lhe são inerentes.

CAPÍTULO XIV
DA REVERSÃO

Art. 67. A reversão é o reingresso, na carreira, do Auditor do Estado aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art. 68. Far-se-á reversão a pedido ou de ofício, em vaga na classe a que pertencia o aposentado, e dependerá:
I - de o revertendo:
a) não ter idade superior a 60 (sessenta) anos, na data da protocolização do pedido ou, se de ofício, na data da publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Estado;
b) preencher os requisitos previstos no inciso V, do art. 26, mediante prova atualizada compreendendo o período de tempo desde sua aposentadoria;
c) ter aptidão física e mental para o exercício do cargo, comprovada por laudo médico emitido por órgão oficial de saúde do Estado;
II - de não haver candidato aprovado em concurso, em condições de nomeação, no caso de reversão na classe inicial.

Art. 69. O Auditor do Estado que haja revertido à atividade somente concorrerá à promoção após o cumprimento do interstício de 2 (dois) anos de efetivo serviço, salvo se nenhum da classe o tenha adquirido ou se todos estiverem impedidos na forma da lei, contados o mérito e a antiguidade da data da reversão.

Art. 70. O tempo em que o Auditor do Estado esteve aposentado será computado, na hipótese de reversão, exclusivamente para fins de nova aposentadoria.

CAPÍTULO XV
DO APROVEITAMENTO

Art. 71. Aproveitamento é o reingresso no serviço público do Auditor do Estado posto em disponibilidade.

§ 1.º O aproveitamento dependerá de prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, comprovada por laudo médico emitido por órgão oficial de saúde do Estado.

§ 2.º Provada a incapacidade definitiva, será o Auditor do Estado aposentado na classe do cargo anteriormente ocupado.

Art. 72. O Auditor do Estado será obrigatoriamente aproveitado em cargo da mesma classe que anteriormente ocupava, ou superior, se promovido, ou, ainda, equivalente, se extinto ou transformado.

§ 1.º Enquanto não houver vaga, o Auditor do Estado em disponibilidade poderá ser convocado para a prestação de serviço compatível com o cargo anteriormente ocupado.

§ 2.º Se, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Auditor do Estado aproveitado ou convocado não tomar posse no cargo, ou não entrar no exercício dele, será tornado sem efeito o aproveitamento ou a convocação e cassada a disponibilidade.

Art. 73. A cassação da disponibilidade será precedida de processo administrativo em que se assegure ao processado ampla defesa.

CAPÍTULO XVI
DA VACÂNCIA

Art. 74. A vacância de cargo de Auditor do Estado decorrerá de:
I - promoção;
II - exoneração;
III - demissão;
IV - aposentadoria;
V - readaptação;
VI - recondução;
VII - falecimento.

Parágrafo único. A abertura da vaga ocorrerá na data da publicação da lei que criar o cargo ou do ato que formalizar qualquer das hipóteses previstas neste artigo.

Art. 75. A exoneração dar-se-á:
I - a pedido;
II - de ofício, quando:
a) não forem satisfeitas as condições do estágio probatório;
b) ocorrer exercício em outro cargo de provimento efetivo, ressalvados os casos de acumulação permitida em lei.

Art. 76. A demissão decorrerá da aplicação de pena disciplinar na forma prevista em lei.

CAPÍTULO XVII
DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 77. A apuração do tempo de serviço, tanto na classe como na carreira, para efeitos de promoção, substituição, aposentadoria e demais vantagens, será feita em dias convertidos em anos, considerados estes de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 78. São considerados de efetivo exercício os afastamentos do serviço em virtude de:
I - férias;
II - casamento, até 8 (oito) dias consecutivos;
III - falecimento de ascendente, descendente, padrasto, madrastra, cônjuge, companheiro, sogro, enteado, irmão, menor sob guarda ou tutela e incapaz sob curatela, até 8 (oito) dias;
IV - doação de sangue, 1 (um) dia por mês, mediante comprovação;
V - exercício pelo Auditor do Estado efetivo de outro cargo de provimento em comissão, exceto para efeito de promoção por merecimento;
VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;
VII - desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, exceto para promoção por merecimento;
VIII - missão ou estudo em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado pelo Governador do Estado e sem prejuízo da retribuição pecuniária;
IX - deslocamento para nova sede na forma do art. 62;
X - realização de provas, na forma do art. 123 da Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994;
XI - assistência a filho excepcional, na forma do art. 127 da Lei Complementar nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994;
XII - prestação de prova em concurso público;
XIII - participação em programas de treinamento regularmente instituído, relacionados às atribuições do cargo;